



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Concurso Público para provimento de cargo de Auditor Substituto de Conselheiro

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

Verifique se este caderno:

- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Direito Constitucional**

1. De acordo com a teoria da recepção, decreto-lei que tenha sido editado sob a égide de Constituição anterior, e compatível, em princípio, com a nova ordem constitucional,
- (A) continua válido no ordenamento jurídico e pode ser submetido ao controle de constitucionalidade concentrado por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - (B) transforma-se, por mutação constitucional, em lei ordinária e passa a incorporar a nova ordem constitucional com uma nova numeração.
 - (C) passa a integrar a nova ordem constitucional com hierarquia inferior à lei complementar e à lei ordinária.
 - (D) insere-se na nova ordem constitucional automaticamente, mas o Supremo Tribunal Federal, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, poderá anular seus efeitos.
 - (E) incorpora-se à nova ordem constitucional apenas se, por mutação constitucional, transformar-se em decreto legislativo mediante aprovação do Congresso Nacional.
2. Durante propaganda eleitoral para a escolha de governador de um determinado Estado, um candidato apresentou as propostas que pretende implementar, constantes nos itens a seguir, caso seja eleito:
- I. melhorar e ampliar o sistema de atendimento à saúde;
 - II. promover programas de construção de moradias e de melhoria das condições habitacionais;
 - III. promover o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
 - IV. organizar, ampliar e fiscalizar os serviços locais de gás canalizado para que regiões de periferia sejam beneficiadas.
- De acordo com as competências administrativas das unidades federadas, conforme estabelece a Constituição, é correto afirmar que esse candidato, se eleito,
- (A) dependerá da atuação conjunta da União e dos Municípios para fomentar as políticas públicas presentes nos itens I, II e IV, as quais são decorrentes de competências comuns.
 - (B) não poderá cumprir a promessa constante no item III, o qual estabelece uma competência de âmbito municipal.
 - (C) não poderá implementar ações nas áreas previstas nos itens I e II, as quais são de competência exclusiva da União.
 - (D) realizará apenas as ações pertinentes aos itens III e IV, cuja competência é reservada aos Estados.
 - (E) poderá atender as demandas relacionadas apenas aos itens I, II e III, mas não poderá desenvolver as ações relacionadas ao item IV, já que o gás, por ser um combustível estratégico, está sob o domínio da União.
3. Suponha que esteja tramitando no Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional para alterar o artigo 29, VIII, com o intuito de ampliar a inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos para além da circunscrição do Município.
- Esta proposta de Emenda Constitucional
- (A) não poderá ser aprovada porque afronta o Poder Constituinte Originário, o qual não permite que restrições de direitos sejam modificadas.
 - (B) é uma manifestação do Poder Constituinte Derivado Reformador e, portanto, não poderá ser aprovada por desprezar a cláusula pétrea da separação de poderes e da federação.
 - (C) é uma manifestação do Poder Constituinte Derivado Reformador que não afronta os limites materiais da Constituição e, portanto, poderá ser aprovada.
 - (D) poderá ser aprovada, mas sua aplicabilidade dependerá de alteração do texto das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais, por imposição do Poder Constituinte Derivado Decorrente.
 - (E) é uma manifestação do Poder Constituinte Derivado Decorrente e, portanto, não poderá ser aprovada por afrontar a cláusula pétrea da separação de poderes e da federação.
4. João reside em Portugal e é filho de um casal formado por pai estrangeiro e mãe nascida no estrangeiro de pais que estavam a serviço da República Federativa do Brasil. Para o ordenamento jurídico brasileiro, em relação à nacionalidade, João é considerado
- (A) estrangeiro.
 - (B) português equiparado, desde que comprove residência fixa no Brasil por mais de um ano ininterrupto.
 - (C) brasileiro nato, se optar pela nacionalidade brasileira depois de atingida a maioria, mesmo se continuar residindo em Portugal, independentemente de ter sido registrado ou não em repartição brasileira competente.
 - (D) brasileiro naturalizado com dupla cidadania, desde que retire seu título de eleitor em repartição brasileira competente, devendo, em eleições brasileiras, votar ou justificar sua ausência.
 - (E) brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
5. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, conforme lei que a regula,
- (A) está prevista em três modalidades: arguição direta, principal e incidental.
 - (B) pode ser proposta pelos mesmos legitimados da ação declaratória de constitucionalidade.
 - (C) não admite concessão de liminares *ad referendum* do Pleno do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) pode ser julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, se for subsidiária de ação direta de inconstitucionalidade por omissão de lei federal.
 - (E) não admite reclamação para o Supremo Tribunal Federal no caso de descumprimento de sua decisão.



<p>6. A Constituição permite que o Poder Legislativo interfira na dinâmica de funcionamento de outros poderes e de estruturas do Estado. Essa perspectiva está presente na possibilidade de o Congresso Nacional</p> <p>(A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.</p> <p>(C) fixar os subsídios do Presidente, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.</p> <p>(D) criar comissões parlamentares de inquérito com poderes para investigar e aplicar penalidades nos casos de improbidade administrativa.</p> <p>(E) ter competência exclusiva para decidir sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.</p>	<p>9. A União, ao atuar no domínio econômico,</p> <p>(A) tem o monopólio da refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.</p> <p>(B) não pode instituir contribuição de intervenção no domínio econômico em relação às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados.</p> <p>(C) realiza o planejamento da atividade econômica, o qual é determinante para o setor público e para o setor privado.</p> <p>(D) explora diretamente a atividade econômica por meio de órgãos da administração pública direta e indireta.</p> <p>(E) pode conceder privilégios fiscais, não extensivos ao setor privado, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.</p>
<p>7. Os Tribunais de Contas dos Estados</p> <p>(A) estão vinculados à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas da União.</p> <p>(B) podem quebrar sigilo bancário e interceptar conversas telefônicas para fins de investigação em casos de improbidade administrativa.</p> <p>(C) apreciam a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta, indireta e, inclusive, as nomeações para cargos em comissão.</p> <p>(D) auxiliam a Assembleia Legislativa no controle externo das contas públicas, bem como as Câmaras Municipais nesta mesma função quando o Município não possuir Tribunal, Conselho ou órgão de Contas.</p> <p>(E) podem aplicar medidas cautelares a investigados, como a indisponibilidade de bens e ativos financeiros, a fim de evitar a depreciação dolosa do patrimônio público.</p>	<p>10. O plano plurianual</p> <p>(A) é uma lei de iniciativa conjunta do Presidente da República e da Mesa do Congresso Nacional.</p> <p>(B) estabelece metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual.</p> <p>(C) compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que a União detém a maioria do capital social e o orçamento da seguridade social.</p> <p>(D) tem vigência de cinco anos, com término no final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente.</p> <p>(E) controla o volume de emissão de moeda e estabelece os créditos suplementares, adicionais e extraordinários que podem ser utilizados durante o exercício financeiro.</p>
<p>8. Conforme súmula do Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar o mérito das licitações e aplicar pena de multa se constatada improbidade administrativa, a qual poderá ser reformada em sede de controle judicial.</p> <p>(B) o Poder Judiciário poderá julgar recursos do Tribunal de Contas apenas em caso de erro formal de decisões administrativas.</p> <p>(C) o cidadão que escolheu a via administrativa do Tribunal de Contas para dirimir dúvida sobre contas públicas não precisa esgotar todas as instâncias recursais da Administração para acionar o Poder Judiciário.</p> <p>(D) a composição dos Tribunais de Contas dos Estados, em respeito ao princípio da simetria, deve seguir os mesmos parâmetros estabelecidos pela Constituição para a composição do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(E) o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>11. O poder disciplinar inerente à Administração Pública para o desempenho de suas atividades</p> <p>(A) aplica-se a todos os servidores e administrados sujeitos ao poder de polícia.</p> <p>(B) decorre do poder normativo atribuído à Administração e que lhe permite estabelecer as sanções cabíveis aos administrados quando praticarem atos contrários à lei.</p> <p>(C) aplica-se aos servidores públicos hierarquicamente subordinados, bem como àqueles dotados de autonomia funcional.</p> <p>(D) aplica-se discricionariamente, permitindo a não aplicação de penalidades previstas em lei na hipótese de arrependimento e desde que não tenha havido prejuízo econômico ao erário.</p> <p>(E) dirige-se exclusivamente aos servidores públicos sujeitos ao poder hierárquico estrito da Administração, não se aplicando a outras pessoas ou aos servidores que possuam independência funcional.</p>



12. Distingue-se a anulação do ato administrativo da revogação do ato administrativo porque, dentre outros fundamentos, a anulação
- (A) só pode ser promovida por ação judicial, enquanto a revogação pode se dar por meio de processo administrativo.
 - (B) dispensa, tanto quanto a revogação, a instauração de processo administrativo, ainda que se trate de ato constitutivo de direito.
 - (C) funda-se em critérios de oportunidade e conveniência, exigindo a instauração de processo administrativo, enquanto a revogação ocorre por vícios de ilegalidade.
 - (D) destina-se à retirada de atos administrativos discricionários, enquanto a revogação aplica-se exclusivamente a atos administrativos vinculados.
 - (E) deve ser promovida em caso de vício de ilegalidade, enquanto a revogação pode se dar por critérios de oportunidade e conveniência.
13. De acordo com as disposições da Constituição Federal, o controle exercido pelo Tribunal de Contas compreende, dentre outras hipóteses,
- (A) sustar, caso não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
 - (B) analisar e aprovar as concessões de aposentadoria, reformas e pensões dos servidores da Administração Direta e Indireta.
 - (C) fiscalizar e providenciar a liberação de recursos repassados pela União aos Estados e destes para os Municípios.
 - (D) julgar as contas do Presidente da República e os atos de admissão de pessoal da Administração Direta e Indireta.
 - (E) aplicar diretamente aos responsáveis as sanções previstas em lei, excluída a imposição de multa, que depende de aprovação do Senado Federal.
14. Um servidor público, condutor de uma viatura oficial, deu causa a acidente de trânsito com veículo de particular. Foram apurados danos materiais de grande vulto, equivalentes aos reparos promovidos no veículo particular e às despesas médicas geradas pelo atendimento ao motorista particular. O condutor da viatura particular tem pretensão indenizatória para ressarcimento dos danos materiais. Nesse caso, o Estado
- (A) e o servidor público respondem sob a modalidade de responsabilidade objetiva, caso o autor pretenda ajuizar a ação respeitando o litisconsórcio.
 - (B) responde sob a modalidade de responsabilidade objetiva e só o servidor público sob a modalidade de responsabilidade subjetiva, caso o autor pretenda incluir o servidor público na lide, sendo necessária dilação probatória para prova da culpa do mesmo.
 - (C) responde exclusivamente, sob a modalidade objetiva ou subjetiva, não sendo possível mover ação em face do servidor público, que estava a serviço do Poder Público.
 - (D) responde sob a modalidade objetiva, presumindo-se a culpa do servidor, que poderá ser penalizado também disciplinarmente na esfera administrativa.
 - (E) responde sob a modalidade subjetiva, uma vez necessário demonstrar a culpa do servidor, não incidindo a regra constitucional da responsabilidade objetiva.
15. O artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal estabelece que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados, em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes”. Os princípios do contraditório e da ampla defesa
- (A) aplicam-se exclusivamente aos processos administrativos disciplinares.
 - (B) pressupõem a existência de litígio instaurado, podendo ser invocados somente após formalização de acusação.
 - (C) aplicam-se nos processos administrativos, dentre outros casos, sempre que houver a possibilidade de repercussão desfavorável na esfera jurídica dos envolvidos.
 - (D) podem ser dispensados especialmente quando não houver repercussão patrimonial no processo administrativo.
 - (E) não ensejam, no processo administrativo, a anulação dos atos e decisões proferidas, salvo na hipótese de comprovado prejuízo funcional ao servidor envolvido.
16. No decorrer da execução de um contrato de concessão comum para exploração de rodovia estadual, o volume de tráfego mostrou-se bastante abaixo daquele estimado pela concessionária, que passou a alegar que a receita auferida não seria suficiente para garantir a amortização dos investimentos realizados e obter a Taxa Interna de Retorno – TIR por ela projetada, quando da apresentação da proposta. Considerando o regime jurídico do contrato de concessão, a concessionária
- (A) faz jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, cabendo ao poder concedente assegurar a TIR constante do plano de negócios, desde que o mesmo tenha sido apresentado juntamente com a proposta comercial.
 - (B) não faz jus ao reequilíbrio do contrato, já que em um contrato de concessão comum a exploração do objeto se dá por conta e risco do concessionário, não cabendo ao poder público assumir o risco de variação da demanda projetada pelo concessionário.
 - (C) faz jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato apenas na hipótese de o risco de demanda ter sido atribuído ao poder concedente, conforme matriz de riscos integrante do edital e do contrato.
 - (D) faz jus ao reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que cabe ao poder público garantir a demanda estimada, porém apenas no montante suficiente para assegurar a amortização dos investimentos.
 - (E) não faz jus ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, salvo se se comprovar que incorreu em erro material para apresentação da proposta.



17. A Audiência Pública previamente à publicação do edital de licitação é exigível
- (A) nas licitações na modalidade concorrência, independentemente do valor, e realizada com, no mínimo, 15 dias úteis de antecedência em relação à publicação do edital.
- (B) nas licitações para contratação de parcerias público-privadas, independentemente do valor, e realizada com, no mínimo, 30 dias úteis de antecedência em relação à publicação do edital.
- (C) sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas seja superior a R\$ 150 milhões e realizada com antecedência mínima de 15 dias úteis da data prevista para a publicação do edital.
- (D) nas licitações para privatização de empresas públicas concessionárias de serviço público e realizada com, no mínimo, 30 dias úteis de antecedência em relação à publicação do edital.
- (E) nas licitações para privatização de empresas públicas concessionárias de serviço público e para contratação de parcerias público-privadas, sempre que o valor supere R\$ 20 milhões, e realizada com, no mínimo, 15 dias úteis de antecedência em relação à publicação do edital.

18. O diretor financeiro de empresa estatal realizou operação no mercado de capitais, classificada como um investimento "arrojado", que causou significativo prejuízo à empresa. Tal conduta
- (A) pode caracterizar ato de improbidade administrativa, desde que comprovado o dolo ou a culpa do diretor.
- (B) não pode caracterizar improbidade administrativa, eis que não praticada por agente público *stricto sensu*.
- (C) pode configurar improbidade administrativa apenas na hipótese de configurado prejuízo direto ao Estado, na condição de acionista controlador, já que a empresa não pode ser sujeito passivo de ato de improbidade.
- (D) pode configurar improbidade administrativa apenas se comprovado enriquecimento ilícito do agente.
- (E) pode caracterizar ato de improbidade administrativa somente se for comprovadamente dolosa a conduta e atentatória aos princípios da Administração Pública.

19. As exigências relativas à qualificação econômico-financeira do licitante
- (A) não podem contemplar relação de compromissos assumidos, sob alegação de diminuição de capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira.
- (B) não podem contemplar a exigência de capital mínimo, mas apenas de índices de liquidez ou faturamento.
- (C) devem limitar-se ao balanço patrimonial e às demonstrações financeiras do último exercício, exceto em licitações de grande vulto, nas quais se admite a exigência de comprovação de patrimônio líquido ou faturamento mínimo.
- (D) devem limitar-se à apresentação de atestados ou outros documentos idôneos que comprovem a execução de objeto similar ao licitado.
- (E) podem contemplar a exigência de garantia, limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação.

20. Para ser considerada serviço público determinada atividade deve, necessariamente, ser
- (A) prestada diretamente pelo poder público ou por empresa por ele controlada, e criada com finalidade específica.
- (B) prestada diretamente pelo poder público ou, sob o regime de concessão, por empresa estatal ou privada, e vedada a cobrança de tarifa diretamente do usuário.
- (C) definida por lei e prestada diretamente pelo poder público, quando de caráter essencial, admitindo-se, nos demais casos, a exploração por particular, sob o regime de concessão.
- (D) caracterizada como incumbência do poder público, na forma da lei, podendo ser prestada diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.
- (E) prestada diretamente pelo poder público, por empresa estatal criada com tal finalidade ou por particular, desde que sujeito à autorização e fiscalização de empresa pública constituída para regular o setor.

Controle Externo da Administração Pública

21. Considere a tabela abaixo.

Poder	Receita Arrecadada (R\$) (*) (**)	Despesa com pessoal (R\$) (**)
Executivo Municipal de Rosa	1.000.000,00	482.000,00
Executivo Municipal de Cravo	1.000.000,00	505.000,00
Executivo Municipal de Tulipa	1.000.000,00	550.000,00

(*) Receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, já realizadas as deduções previstas na LRF e excluídas as duplicidades.

(**) Receita e despesa referentes ao acumulado de janeiro a dezembro de 2009, tomado o mês de dezembro de 2009 como referência.

Com base nos dados apresentados, no que se refere ao percentual de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida, cabe alerta do Tribunal de Contas

- (A) apenas ao Executivo Municipal de Rosa.
- (B) apenas ao Executivo Municipal de Cravo.
- (C) apenas ao Executivo Municipal de Tulipa.
- (D) apenas aos Executivos Municipais de Cravo e Tulipa.
- (E) aos Executivos Municipais de Rosa, Cravo e Tulipa.

Instruções: Para responder às questões de números 22 a 27 considere a Lei Complementar nº 154/96 do Estado de Rondônia.

22. A definição de medidas visando ao aperfeiçoamento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia compete
- (A) ao Plenário.
- (B) ao Presidente do Tribunal de Contas.
- (C) à Associação dos Servidores do Tribunal de Contas de Rondônia.
- (D) ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
- (E) ao Conselho Superior de Administração.



23. Um cidadão, natural do Estado do Amazonas, residente e domiciliado no Estado do Acre, denunciou ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a ocorrência de irregularidades num município do Estado de Rondônia. A denúncia foi apurada e todos os atos do processo foram públicos. Entretanto, foi arquivada, por meio de despacho fundamentado, ao ser verificada a ilegitimidade do denunciante. A decisão tomada pelo Tribunal de Contas foi
- (A) incorreta. Apesar de qualquer cidadão ser parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, devem ser públicos os atos do processo realizados após a decisão em primeira instância, mas não os anteriores.
- (B) incorreta. Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas, e devem ser públicos os atos do processo realizados após a reunião de provas que comprovem a procedência da denúncia, mas não os anteriores.
- (C) correta. Além da ilegitimidade do denunciante ter restado comprovada, por se tratar de cidadão não nascido no Estado de Rondônia, todos os atos do processo de apuração de uma denúncia devem ser públicos.
- (D) correta. Além da ilegitimidade do denunciante ter restado comprovada, por se tratar de cidadão não residente e domiciliado no Estado de Rondônia, todos os atos do processo de apuração de uma denúncia devem ser públicos.
- (E) incorreta. Muito embora a ilegitimidade do denunciante tenha restado comprovada, por se tratar de cidadão não nascido nem residente e domiciliado no Estado de Rondônia, devem ser públicos os atos do processo realizados após a reunião de provas que comprovem a procedência da denúncia, mas não os anteriores.
24. São partes essenciais das decisões do Tribunal de Contas ou de suas Câmaras
- (A) o relatório, a fundamentação e o quadro resumo de irregularidades.
- (B) a fundamentação, o dispositivo e o quadro resumo de irregularidades.
- (C) o relatório, a fundamentação e o dispositivo.
- (D) o quadro resumo de irregularidades, o relatório e o dispositivo.
- (E) o relatório, a fundamentação, o dispositivo e o quadro resumo de irregularidades.
25. A quitação plena será dada pelo Tribunal de Contas quando
- (A) julgar as contas regulares ou regulares com ressalvas.
- (B) registrar os atos de aposentadoria, pensão ou admissão de pessoal.
- (C) julgar as contas regulares.
- (D) julgar as contas regulares com ressalvas.
- (E) arquivar processo de apuração de denúncia.
26. A decisão do Tribunal de Contas da qual resulte cominação de multa tem eficácia de título
- (A) pecuniário.
- (B) executivo.
- (C) de dívida solidária.
- (D) judicial.
- (E) público.
27. Compete ao Tribunal de Contas
- (A) emitir, no prazo de seis meses, parecer prévio sobre as contas apresentadas anualmente pelos Prefeitos Municipais.
- (B) proceder, por iniciativa de qualquer cidadão, a fiscalização contábil dos responsáveis pela Administração Indireta Estadual.
- (C) propor a fixação dos vencimentos dos membros da Assembleia Legislativa.
- (D) aplicar sanções às associações de servidores dos municípios do Estado de Rondônia.
- (E) emitir parecer prévio sobre os atos de admissão de pessoal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
28. Nos termos da Lei Complementar nº 307 do Estado de Rondônia, o Conselheiro Ouvidor do Tribunal de Contas será eleito pelo Plenário, na Sessão de Eleição do Presidente do Tribunal, para mandato de
- (A) dois anos, permitida a recondução para período de igual duração.
- (B) um ano, permitida a recondução para período de igual duração.
- (C) dois anos, não permitida a recondução.
- (D) um ano, não permitida a recondução.
- (E) dois anos, permitida a recondução para período de um ano.
29. Um auditor do Tribunal de Contas de Rondônia atuou, concomitantemente ao exercício de seu cargo, como gerente de uma empresa comercial de sua família, da qual possuía 49% das cotas. Ao tomar ciência do fato, por meio de uma entrevista a uma emissora de televisão, o Presidente do Tribunal de Contas o exonerou do cargo no dia seguinte. A decisão tomada pelo Presidente do Tribunal de Contas foi
- (A) ilegal. Muito embora o Presidente do Tribunal de Contas tivesse competência para exonerá-lo, o auditor não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que não era cotista majoritário da empresa comercial.
- (B) ilegal. Muito embora o Presidente do Tribunal de Contas tivesse competência para exonerá-lo, o auditor não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que a empresa comercial era de sua família.
- (C) legal. Ao auditor são aplicadas as mesmas vedações previstas aos Conselheiros, o que inclui participar de sociedade comercial como cotista e na função de gerente.
- (D) ilegal. Muito embora esteja vedado ao auditor participar de empresa comercial com ingerência, depois de empossado só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- (E) legal. Além do auditor estar sujeito às mesmas vedações previstas aos Conselheiros, o que inclui participar de sociedade comercial como cotista e na função de gerente, a entrevista a uma emissora de televisão tornou-se a prova cabal da irregularidade.



Instruções: Para responder às questões de números 30 a 32 considere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

30. Considere a tabela abaixo.

Poder	Receita Arrecadada (R\$) (*) (**)	Despesa com Pessoal (R\$) (**)
Poder Executivo Estadual	1.000.000,00	480.000,00
Poder Legislativo Estadual	1.000.000,00	29.000,00
Poder Judiciário Estadual	1.000.000,00	66.000,00
Ministério Público Estadual	1.000.000,00	20.000,00
Poder Executivo Municipal	1.000.000,00	600.000,00
Poder Legislativo Municipal	1.000.000,00	55.000,00

(*) Receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras também correntes, já realizadas as deduções previstas na LRF e excluídas as duplicidades.

(**) Receita e despesa referentes ao acumulado de janeiro a dezembro de 2009, tomado o mês de dezembro de 2009 como referência.

Estão acima do limite de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida

- (A) o Poder Executivo Estadual, o Estado e o Município.
- (B) o Poder Executivo Municipal, o Poder Legislativo Municipal e o Município.
- (C) os Poderes Executivos Estadual e Municipal.
- (D) os Poderes Legislativos Estadual e Municipal.
- (E) o Poder Judiciário Estadual, o Poder Executivo Municipal e o Município.

31. Considere a tabela abaixo.

Despesas com Pessoal do Executivo Municipal de Petúnia	Valor (R\$)
Gasto total com pessoal	500.000,00
Encargos sociais	100.000,00
Indenização por demissão de servidores	50.000,00
Valores relativos à demissão voluntária	50.000,00
Horas extras	50.000,00

O percentual de gastos com pessoal sobre uma receita corrente líquida de R\$ 1.000.000,00 é de

- (A) 25%.
- (B) 40%.
- (C) 50%.
- (D) 65%.
- (E) 75%.

32. O Prefeito de um município do Estado de Rondônia isentou os aposentados do pagamento de IPTU, ato enquadrado como renúncia de receitas por configurar isenção em caráter não geral, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tribunal de Contas, durante sua fiscalização, verificou que o ato foi irregular, uma vez que não atendeu ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A atuação do Tribunal de Contas foi

- (A) correta. O Tribunal de Contas é competente para fiscalizar qualquer renúncia de receitas, que deve, obrigatoriamente, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) correta. Entre as exceções legais que dão competência para o Tribunal de Contas fiscalizar renúncia de receitas está a que beneficie aposentados, e deve, obrigatoriamente, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) incorreta. O Tribunal de Contas não tem competência para fiscalizar o ato, uma vez que não configura renúncia de receitas, pois não tem caráter tributário, mas assistencial.
- (D) incorreta. O Tribunal de Contas não tem competência para fiscalizar renúncia de receitas, uma vez que afeta ao campo da discricionariedade do administrador público.
- (E) incorreta. Além do Tribunal de Contas não ter competência para fiscalizar renúncia de receitas, é ato que não tem relação alguma com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

33. Um município do Estado de Rondônia construiu um hospital. Os recursos para o financiamento dessa obra corresponderam a 40% de origem do Estado de Rondônia e 60% da União. O vencedor da licitação foi uma empresa sediada no Estado do Amazonas, mas a execução ficou a cargo de sua filial do Acre. A fiscalização da utilização desses recursos cabe

- (A) ao Tribunal de Contas de Rondônia, uma vez que tanto a licitação como a obra foram realizadas em local de sua jurisdição.
- (B) aos Tribunais de Contas da União e dos Estados de Rondônia, Amazonas e Acre, cada um em relação ao que lhe compete.
- (C) ao Tribunal de Contas da União somente, uma vez que a obra envolveu recursos federais.
- (D) ao Tribunal de Contas do Amazonas, em razão da sede da contratada, e ao Tribunal de Contas da União, quanto à parcela federal.
- (E) ao Tribunal de Contas de Rondônia, em relação aos recursos repassados pelo Estado de Rondônia, e ao Tribunal de Contas da União, quanto à parcela federal.

34. A contratação de um professor por um município do Estado de Rondônia foi considerada irregular e não registrada pelo Tribunal de Contas em razão de não ter sido observada lista de classificação final do concurso público. Dessa decisão cabe

- (A) revisão.
- (B) reconsideração.
- (C) reconsideração ou pedido de reexame.
- (D) pedido de reexame.
- (E) revisão ou reconsideração.



35. O contador de um município do Estado de Rondônia deixou de prestar contas de dinheiro público que ficou sob sua guarda. Muito embora o Prefeito e o responsável pelo controle interno estivessem cientes da falha, optaram por não tomar nenhuma medida até que fosse realizada a fiscalização por parte do Tribunal de Contas. Nesse caso, a responsabilidade
- (A) não é do Prefeito nem do responsável pelo controle interno.
 - (B) é solidária do Prefeito e não há responsabilidade do responsável pelo controle interno.
 - (C) é solidária do Prefeito e do responsável pelo controle interno.
 - (D) é subsidiária do Prefeito e solidária do responsável pelo controle interno.
 - (E) é solidária do Prefeito e subsidiária do responsável pelo controle interno.

Direito Financeiro

36. Na fiscalização de contratos celebrados pelo Poder Público, o ato de sustação será decidido pelo Tribunal de Contas da União
- (A) de imediato, quando da constatação de ilegalidade.
 - (B) quando não atendido pelo Poder Executivo o prazo assinado pelo Tribunal de Contas para sanar as irregularidades.
 - (C) se o Congresso Nacional, no prazo de noventa dias, não efetivar o ato de sustação ou o Poder Executivo, no mesmo prazo, não adotar as medidas cabíveis.
 - (D) no prazo de sessenta dias, a contar da comunicação pelo Tribunal de Contas ao Congresso Nacional, caso este não adote as medidas cabíveis para sustar o contrato.
 - (E) se não for possível ao Poder Executivo ou ao Congresso Nacional realizar a sustação imediata do contrato, por envolver inconstitucionalidade a ser declarada, o que pode ser feito só pelo Tribunal de Contas.
37. O verbete 66 das súmulas do Supremo Tribunal Federal assim dispõe: *"É legítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro"*. Este entendimento firmado pelo STF está relacionado, como exceção, ao princípio orçamentário da
- (A) anualidade tributária.
 - (B) anualidade orçamentária.
 - (C) unidade do orçamento.
 - (D) não afetação.
 - (E) universalidade.
38. O Tribunal de Contas tem competência para aplicar penalidades administrativas, dentre elas multa proporcional ao dano causado ao erário. Esta penalidade
- (A) terá eficácia de título executivo.
 - (B) depende de previsão legal prévia para ser aplicada.
 - (C) só poderá ser aplicada se comprovada judicialmente a irregularidade ou ilegalidade.
 - (D) será ratificada pelo Congresso Nacional, quando do julgamento das contas, para ser exigível.
 - (E) não terá cabimento sem prévia condenação penal por improbidade administrativa dos administradores.

39. Considere:

- I. É sempre vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.
- II. Será admitida operação de crédito que exceda o montante das despesas de capital quando autorizada mediante crédito suplementar ou especial com finalidade precisa, desde que aprovada pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- III. Não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal relacionado a tributo de competência do ente federado, se resultar diminuição do ônus deste.
- IV. Não será deduzido das despesas de capital o valor da operação sob a forma de empréstimo a contribuinte, com intuito de promover incentivo fiscal, se este empréstimo for concedido por instituição financeira controlada por ente federado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

40. Os Estados, Distrito Federal e Municípios podem adquirir empréstimos públicos mediante emissão de títulos. Dispor sobre os limites globais e condições para que estes empréstimos aconteçam é competência
- (A) comum dos entes federados envolvidos, mediante lei complementar.
 - (B) exclusiva da Assembleia Legislativa, Câmara Legislativa ou Câmara Municipal, mediante decreto legislativo.
 - (C) exclusiva do Chefe do Poder Executivo, mediante decreto.
 - (D) exclusiva do Senado Federal, mediante resolução.
 - (E) privativa do Congresso Nacional, mediante decreto legislativo.

41. Poderá ser estabelecido regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, com disposição sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação. Este regime especial será estabelecido mediante
- (A) lei complementar de competência da União.
 - (B) lei complementar de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, dentro de suas autonomias legislativas.
 - (C) resolução do Senado Federal.
 - (D) decreto legislativo do Congresso Nacional.
 - (E) lei ordinária de competência da União.



42. Os Tribunais de Contas alertarão Poder ou órgão de que
- (A) o montante da despesa com pessoal ultrapassou 80% do limite.
 - (B) o montante da dívida consolidada se encontra 80% do limite.
 - (C) os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei.
 - (D) a realização de receita ao final do semestre não comporta cumprimento de metas de resultado primário.
 - (E) o montante das operações de crédito ultrapassou 60% do limite.
43. Sobre o regime constitucional dos precatórios, é correto afirmar que
- (A) a inclusão no orçamento de verba necessária ao pagamento de débitos de entidades de direito público, oriundos de sentenças transitadas em julgado, está dispensada.
 - (B) a União, a seu critério exclusivo e na forma da lei, poderá assumir débitos oriundos de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.
 - (C) os débitos de qualquer natureza, cujos titulares tenham sessenta e cinco anos ou mais na data da expedição do precatório, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos.
 - (D) o sequestro de bens públicos será admitido unicamente no caso de preterimento do direito de precedência no pagamento do precatório.
 - (E) a compensação de crédito originário de precatório com débitos líquidos e certos devidos pelo credor à Fazenda Pública devedora, não será admitida, salvo disposição expressa em lei específica autorizadora.
44. O prazo fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal para que o excesso da despesa com pessoal seja eliminado através das medidas constitucionais e legais é de
- (A) um ano, sendo pelo menos um terço no primeiro semestre.
 - (B) dois bimestres, sendo pelo menos metade no primeiro.
 - (C) um semestre, sendo pelo menos um quarto no primeiro bimestre.
 - (D) dois trimestres, sendo pelo menos metade no primeiro.
 - (E) dois quadrimestres, sendo pelo menos um terço no primeiro.
45. É requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal instituição de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Se um Estado-membro deixar de instituir imposto de sua competência haverá previsão legal para
- (A) intervenção federal.
 - (B) instituição do imposto pela União.
 - (C) imputação de crime de improbidade ao Chefe do Executivo.
 - (D) vedação de realização de transferências voluntárias.
 - (E) vedação do repasse oriundo da repartição constitucional de receitas.
- Direito Penal**
46. A tentativa é
- (A) imperfeita quando o agente realiza toda a fase de execução e o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à sua vontade.
 - (B) punível nas contravenções penais.
 - (C) circunstância atenuante, incidindo na segunda etapa do cálculo da pena.
 - (D) impunível nos casos de ineficácia relativa do meio e de absoluta impropriedade do objeto.
 - (E) inadmissível nos crimes culposos.
47. São pressupostos da culpabilidade
- (A) a exigibilidade de conduta diversa e a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato.
 - (B) a falta de dever de cuidado e a imputabilidade.
 - (C) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a previsibilidade do resultado.
 - (D) o dolo e a culpa.
 - (E) a exigibilidade de conduta diversa e a falta de dever de cuidado.
48. No tocante às causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que
- (A) a concessão de anistia é atribuição exclusiva do Presidente da República.
 - (B) o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo da decadência.
 - (C) são previstas exclusivamente na parte geral do Código Penal.
 - (D) a concessão do indulto restabelece a condição de primário do beneficiado.
 - (E) é cabível o perdão judicial em qualquer crime.



<p>49. Constitui crime contra as finanças públicas</p> <p>(A) ordenar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização judiciária.</p> <p>(B) autorizar operação de crédito, interno ou externo, com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução da Câmara Federal.</p> <p>(C) executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos 360 (trezentos e sessenta) dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.</p> <p>(D) realizar operação de crédito, interno ou externo, quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei.</p> <p>(E) autorizar a assunção de obrigação cuja despesa não possa ser paga no exercício financeiro nos três últimos trimestres do último ano do mandato.</p>	<p>53. Em matéria de ação declaratória, considere:</p> <p>I. É admissível a ação declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.</p> <p>II. Os únicos fatos que podem ser objeto da ação declaratória são a autenticidade e a falsidade documental.</p> <p>III. A ação declaratória está sujeita a prazos prescricionais.</p> <p>IV. É inadmissível ação declaratória visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>50. NÃO constitui causa de aumento da pena o fato de o agente ser funcionário público e cometer o seguinte crime contra a fé pública no exercício ou prevalecendo-se do cargo ou função:</p> <p>(A) falsificação de selo ou sinal público.</p> <p>(B) falsificação de documento público.</p> <p>(C) falsidade de atestado médico.</p> <p>(D) falsidade ideológica.</p> <p>(E) adulteração de sinal identificador de veículo automotor.</p>	<p>54. A denúncia da lide</p> <p>(A) é ato exclusivo do réu.</p> <p>(B) pode ser realizada até o início da audiência de instrução.</p> <p>(C) é cabível ao proprietário, quando o réu, citado em nome próprio, exerce posse direta da coisa demandada.</p> <p>(D) coletiva não é permitida.</p> <p>(E) feita pelo réu, autoriza a emenda da petição inicial.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>51. A jurisdição contenciosa civil</p> <p>(A) é divisível.</p> <p>(B) é atividade substitutiva.</p> <p>(C) é exercida pelo Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) é exercida por membro do Ministério Público.</p> <p>(E) não pressupõe território.</p>	<p>55. É admissível a nomeação à autoria</p> <p>(A) a quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.</p> <p>(B) do devedor, na ação em que o fiador for réu.</p> <p>(C) dos outros fiadores, quando para a ação for citado apenas um deles.</p> <p>(D) para corrigir a ilegitimidade passiva da causa, quando o detentor é demandado como se fosse proprietário.</p> <p>(E) de todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.</p>
<p>52. Em matéria de competência, considere:</p> <p>I. A ação fundada em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, na situação da coisa.</p> <p>II. Se autor e réu residirem fora do Brasil, a ação fundada em direito pessoal deverá ser proposta necessariamente no foro do Distrito Federal.</p> <p>III. Ação fundada em direito pessoal será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu.</p> <p>IV. Ação fundada em direito real sobre bens imóveis será, em regra, de competência absoluta.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>56. São ajuizadas duas ações contra a União: uma cautelar e outra de conhecimento pelo procedimento ordinário. O prazo para a União contestar é de</p> <p>(A) 5 dias para a ação cautelar e 15 dias para a ação de conhecimento.</p> <p>(B) 15 dias para cada uma das ações.</p> <p>(C) 20 dias para a ação cautelar e 60 dias para a ação de conhecimento.</p> <p>(D) 30 dias para cada uma das ações.</p> <p>(E) 60 dias para cada uma das ações.</p>



57. Em matéria de coisa julgada material, é correto afirmar:
- (A) O vício provocado pela falta de citação é abrangido pela eficácia preclusiva da coisa julgada material.
 - (B) A coisa julgada material não alcança decisões interlocutórias.
 - (C) A eficácia subjetiva da coisa julgada material somente pode alcançar o substituto processual e não o substituído.
 - (D) A eficácia preclusiva da coisa julgada material impede o reexame do dispositivo de sentença, ainda que por fundamentos de defesa não deduzidos no processo.
 - (E) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada material.

58. Se uma sentença transitada em julgado decidiu que a liquidação deve ser feita por artigos,
- (A) não poderá haver liquidação por arbitramento, porque a ordem judicial não seria respeitada.
 - (B) nada impede que a liquidação se faça por arbitramento, se o seu procedimento se mostrar mais adequado.
 - (C) a liquidação por arbitramento somente será admissível se for necessário alegar e provar fato novo.
 - (D) a liquidação por arbitramento somente será admissível se a liquidação por artigos concluir pelo valor zero.
 - (E) a liquidação por arbitramento poderá substituir a liquidação por artigos apenas se houver convenção das partes.

59. A prescrição alegada e acolhida no procedimento cautelar, por sentença transitada em julgado,
- (A) poderá ser reexaminada no processo principal, desde que alegada pela parte interessada.
 - (B) não poderá ser reexaminada no processo principal, estando sujeita a sua decisão à coisa julgada material.
 - (C) poderá ser reexaminada no processo principal, porque sua decisão não faz coisa julgada formal.
 - (D) poderá ser reexaminada no processo principal, porque a matéria não está sujeita à preclusão consumativa.
 - (E) não poderá ser redecidida em ação rescisória.

60. Considere:
- I. O arresto tem por fim proteger uma futura execução para entrega de coisa certa.
 - II. O sequestro destina-se a assegurar uma futura execução monetária.
 - III. Na justificação não se admite defesa nem recurso.
 - IV. Na busca e apreensão podem ser atingidos bens e pessoas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

Economia

61. É correto afirmar:
- (A) Na curva de possibilidades de produção, elaborada para dois bens, a diminuição da produção de um dos bens, necessária para aumentar a produção de uma unidade do outro, é cada vez menor ao longo da curva.
 - (B) O mercado de um bem X está em equilíbrio quando a quantidade demandada desse bem for inferior à quantidade ofertada desse bem.
 - (C) Quando o preço de um bem Y, substituto do bem X, aumenta, tudo o mais constante, a curva de demanda do bem X se desloca para a direita de sua posição original.
 - (D) Se a demanda de um bem X for elástica, qualquer que seja o nível de preço considerado para esse bem, um aumento no preço de equilíbrio do bem X provocará um aumento do gasto dos consumidores com o bem.
 - (E) Se a renda dos consumidores aumentar e a quantidade demandada do bem X diminuir, a elasticidade-renda desse bem é nula.
62. Na teoria neoclássica da produção, a curva de custo variável médio no curto prazo
- (A) é representada por uma reta, já que é constante qualquer que seja o nível de produção.
 - (B) intercepta a curva de custo médio no ponto de mínimo desta.
 - (C) apresenta o formato de uma letra U invertida.
 - (D) é interceptada pela curva de custo marginal em seu ponto de mínimo.
 - (E) está situada acima da curva de custo médio total.



63. Um mercado de concorrência monopolística é caracterizado pela existência de um
- (A) único produtor e um grande número de consumidores de um produto homogêneo.
 - (B) grande número de pequenos produtores e um grande número de pequenos compradores de um produto heterogêneo.
 - (C) pequeno número de grandes produtores e um pequeno número de grandes compradores de um produto homogêneo.
 - (D) grande número de pequenos produtores e um pequeno número de grandes compradores.
 - (E) grande número de produtores e compradores de um produto homogêneo.

64. Considere as seguintes informações sobre as contas nacionais de um país em determinado ano. (Valores em milhões de unidades monetárias)

Produto Nacional Líquido a custo dos fatores	950
Depreciação anual do estoque de capital.....	70
Renda líquida recebida do exterior.....	100
Impostos indiretos.....	180
Subsídios.....	20

O Produto Interno Bruto dessa economia a preços de mercado corresponderá, nesse ano, em milhões de unidades monetárias, a

- (A) 1.080.
- (B) 1.020.
- (C) 1.010.
- (D) 1.100.
- (E) 980.

65. Dados extraídos da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos do Brasil, referentes ao ano calendário de 2009, em milhões de dólares americanos:

Déficit no Balanço de Transações Correntes.....	24.302
Superávit em Transferências Unilaterais Correntes.....	3.338
Déficit em Rendas e Serviços	52.930
Exportação de Mercadorias (FOB).....	152.995

O valor da Importação de Mercadorias (FOB) naquele ano equivaleu, em milhões de dólares americanos, a

- (A) 131.013.
- (B) 124.397.
- (C) 152.007.
- (D) 138.697.
- (E) 127.705.

66. É uma transação econômica que tem como consequência uma elevação dos meios de pagamento (medido no conceito M1) de um país:

- (A) Uma pessoa jurídica paga seus funcionários com numerário sacado de sua conta corrente bancária.
- (B) Um banco desconta duplicatas de uma empresa comercial.
- (C) Uma pessoa física saca um determinado valor de sua conta corrente bancária e aplica em uma caderneta de poupança.
- (D) Uma empresa exporta mercadorias com recebimento do pagamento para dali a três meses.
- (E) Um banco vende um imóvel de sua propriedade ao público.

67. Sobre tipos e teorias da inflação, é correto afirmar:

- (A) A Curva de Phillips expressa uma relação direta entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego de um país.
- (B) A inflação inercial decorre de choques exógenos na oferta agregada da economia, tal como uma quebra de safra agrícola em virtude de condições climáticas desfavoráveis.
- (C) A inflação consiste em uma alta persistente de alguns dos preços da economia.
- (D) Uma política fiscal expansiva, tudo o mais permanecendo constante, tende a provocar uma inflação de demanda.
- (E) Um aumento real de salários dos trabalhadores no mesmo percentual do aumento em sua produtividade é uma das causas possíveis da inflação de custos.

68. Uma economia apresenta a seguinte função consumo (C) em relação à sua renda disponível (Y_d):

$$C = 120 + 0,8 Y_d$$

São dados para essa economia os seguintes valores:

I (Investimentos)	250
G (Gastos do Governo).....	420
T (Tributação)	450
X (Exportações)	190
M (Importações).....	170

Se a renda de pleno emprego dessa economia for igual a 2.400, ela apresentará um hiato

- (A) deflacionário de 150.
- (B) deflacionário de 200.
- (C) inflacionário de 150.
- (D) deflacionário de 250.
- (E) inflacionário de 180.



69. No modelo IS/LM para uma economia fechada cujo nível de renda de equilíbrio esteja aquém do nível de renda de pleno emprego, tudo o mais constante, o efeito provável de
- (A) um corte de gastos públicos será um aumento da renda e da taxa de juros da economia.
 - (B) uma elevação na taxa do depósito compulsório dos bancos comerciais no banco central será uma diminuição da taxa de juros e um aumento do nível de renda da economia.
 - (C) um resgate de títulos públicos efetuado pelo governo será um aumento da renda e uma diminuição da taxa de juros da economia.
 - (D) uma redução dos impostos será uma diminuição da renda e da taxa de juros da economia.
 - (E) um aumento da base monetária será um aumento da renda e da taxa de juros da economia.

70. É correto afirmar:

- (A) A carga tributária, segundo o princípio da equidade, deve onerar mais fortemente os contribuintes que obtêm mais benefícios provenientes da atuação do governo sobre a economia.
- (B) Um imposto sobre vendas com alíquota fixa onera os contribuintes de forma progressiva, ou seja, onera igualmente os contribuintes independentemente de sua capacidade de pagamento.
- (C) A incidência de um imposto sobre vendas em um mercado de concorrência perfeita é integralmente suportada pelos consumidores, independentemente da elasticidade-preço da demanda do bem.
- (D) Os juros e a atualização monetária incidentes sobre o resgate da dívida pública são computados no cálculo do resultado primário das contas públicas.
- (E) O aumento dos gastos do governo quando a economia está em depressão e a diminuição desses mesmos gastos quando a economia está em crescimento acelerado, pressionando a taxa de inflação, são medidas de política de estabilização da economia.

Administração Financeira e Orçamentária

71. Considere as afirmações a seguir, relativas ao processo de planejamento e orçamento previsto na Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000):

- I. O Plano Plurianual de Investimentos deverá estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital de forma centralizada.
- II. A Lei Orçamentária Anual disporá sobre as alterações na legislação tributária a vigor durante o exercício a que se referir.
- III. A Lei das Diretrizes Orçamentárias tem, entre suas atribuições, a de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- IV. O Plano Plurianual tem a vigência de quatro anos, iniciando-se no segundo ano do mandato do Chefe do Poder Executivo e terminando no primeiro ano do mandato de seu sucessor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

72. Constará da Lei Orçamentária Anual o

- (A) Anexo de Riscos Fiscais.
- (B) Relatório da Gestão Fiscal.
- (C) Orçamento da Seguridade Social.
- (D) Orçamento Monetário do Banco Central.
- (E) Anexo de Metas Fiscais.

73. A principal característica do Orçamento de Base Zero é

- (A) conter a classificação funcional das despesas, para avaliação de quais áreas de ação governamental estão sendo priorizadas.
- (B) conter a justificativa para a totalidade dos gastos de cada unidade orçamentária, independentemente do gasto realizado no exercício anterior.
- (C) estabelecer a completa separação das despesas correntes das despesas de capital, com ênfase nessas últimas em detrimento das primeiras.
- (D) conter critério de alocação de recursos que consiste em estabelecer um quantitativo financeiro fixo com base nas despesas realizadas no exercício anterior.
- (E) estar completamente dissociado do projeto de planejamento constante do Plano Plurianual, já que este pode ser mudado de um exercício para outro de acordo com a proposta orçamentária.

74. Em relação ao ciclo orçamentário, é correto afirmar:

- (A) O Congresso Nacional poderá apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária, desde que estas sejam compatíveis com os objetivos e metas do processo de planejamento e indiquem os recursos necessários a seu financiamento.
- (B) Os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, não têm autonomia para apresentar suas propostas orçamentárias, devendo submeter-se à alocação de recursos proposta pelo Poder Executivo.
- (C) A apreciação e a votação do projeto de lei orçamentária anual da União deverão ser efetuadas separadamente pelas duas Casas do Congresso Nacional, sendo mandatário que a aprovação seja feita por maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) A consolidação do projeto de lei orçamentária deverá ser efetuada por uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, que analisará sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (E) A descentralização financeira de execução por meio de cotas, repasses ou sub-repasses é vedada às unidades setoriais orçamentárias de cada órgão com dotação orçamentária.



<p>75. A Lei de Responsabilidade Fiscal, em obediência ao disposto no § 3º do art. 165 da CF/1988, com o objetivo do controle da execução orçamentária, disciplinou a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Qualquer que seja o período a que se refira, esse relatório tem como característica:</p> <p>(A) publicação até trinta dias após o encerramento de cada trimestre civil.</p> <p>(B) não inclusão das receitas e despesas previdenciárias.</p> <p>(C) mensuração da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.</p> <p>(D) ser acompanhado de demonstrativo do cálculo dos resultados nominal e primário.</p> <p>(E) não inclusão das despesas com juros.</p>	<p>78. A principal diferença entre a gestão privada e a gestão pública é que a segunda</p> <p>(A) é obrigada a atender a todos, independentemente da capacidade financeira dos cidadãos e de suas demandas idiossincráticas.</p> <p>(B) encontra-se limitada por regras legais e princípios morais, enquanto a primeira se orienta apenas pelo objetivo do lucro.</p> <p>(C) funciona exclusivamente sob a forma do modelo burocrático, o que a impede de atender às necessidades individuais dos cidadãos.</p> <p>(D) funciona sempre em condições de monopólio natural, o que a torna insensível a questionamentos de ordem ética.</p> <p>(E) pode operar sem levar em conta princípios típicos da gestão privada, como a economicidade e a eficiência.</p>
<p>76. A Reforma do Aparelho do Estado, proposta pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), implantada nos anos 90, diferenciou-se da reforma proposta pelo Decreto Lei nº 200 de 1967 ao</p> <p>(A) recuperar a capacidade de planejamento, coordenação e regulação do aparelho de Estado federal sobre a administração indireta e fundacional.</p> <p>(B) priorizar a eficiência e a flexibilização da gestão pública e fortalecer <i>a posteriori</i> os sistemas de controle da atividade administrativa.</p> <p>(C) aprofundar a participação direta do Estado nos diversos setores da sociedade e da economia.</p> <p>(D) propor a substituição do modelo burocrático pela administração gerencial, com foco no cidadão, reforçando os sistemas de controles <i>a priori</i>.</p> <p>(E) enfatizar o fortalecimento do núcleo estratégico do Estado, ampliando e fortalecendo os sistemas centralizados de controle de processos.</p>	<p>79. Quando aplicada aos processos de reforma da gestão pública, a reengenharia tem como objetivo</p> <p>(A) transformar radicalmente a cultura das organizações, apoiando-se numa visão integrada que vincula mudanças estruturais e mudanças comportamentais.</p> <p>(B) reestruturar os processos organizacionais, enfatizando a centralização e a especialização funcional.</p> <p>(C) redefinir a estrutura departamental das organizações, preservando os conflitos e as polarizações existentes entre eles.</p> <p>(D) descentralizar a gestão do conhecimento tácito das organizações, visando uma maior interação entre direção e estruturas operacionais.</p> <p>(E) introduzir continuamente mudanças organizacionais visando a redução de custos, a racionalização dos recursos humanos e a maior eficiência das organizações.</p>
<p>77. Na gestão do setor público, a incorporação do paradigma do cidadão como cliente</p> <p>(A) foi rejeitada, pois as burocracias públicas não têm como missão atender clientelas, mas alcançar resultados orientados pelo princípio da razão de Estado.</p> <p>(B) deve ser compatibilizada com o dever de atender a todos os cidadãos, independentemente de sua condição financeira, e com as limitações de recursos orçamentários públicos.</p> <p>(C) é incompatível com o princípio da universalização dos serviços públicos, que impõe o atendimento prioritário a todos, independentemente da sua qualidade.</p> <p>(D) será alcançada à medida que avançar o processo de privatização do setor público, pois seu sucesso depende da eliminação do modelo burocrático de gestão.</p> <p>(E) é de difícil implementação, pois depende da retirada de princípios constitucionais da administração pública, como a impessoalidade, a equidade e a universalidade.</p>	<p>80. As principais características da gestão de pessoas numa administração pública moderna são:</p> <p>(A) Processos de contratação e demissão sob a responsabilidade da direção da organização; redução do leque salarial e classificações ocupacionais detalhadas.</p> <p>(B) Programas de capacitação focados na formação acadêmica; remuneração por resultados e eliminação das chefias intermediárias.</p> <p>(C) Política de contratação flexível, sob a responsabilidade da gerência de recursos humanos; utilização extensiva dos cargos em comissão e avaliação de desempenho em 360º.</p> <p>(D) Política de concursos com base em competências amplas e política de remuneração vinculada ao desempenho das equipes.</p> <p>(E) Planos de carreira detalhados apenas para funções de direção e políticas de reajuste salarial vinculadas ao desempenho individual, especialmente focadas na redução de despesas de custeio.</p>



Contabilidade

81. De acordo com o CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação na emissão de debêntures devem ser apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, o que ilustra a aplicação do princípio

- (A) da competência.
- (B) do registro pelo valor original.
- (C) da entidade.
- (D) da oportunidade.
- (E) da prudência.

82. As contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a valor justos, quando previstas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações, enquanto não computadas no resultado serão registradas na conta

- (A) Resultado de Exercícios Futuros.
- (B) Resultado a Apropriar.
- (C) Reservas de Capital.
- (D) Reservas de Reavaliação.
- (E) Ajustes de Avaliação Patrimonial.

83. Em relação às variações patrimoniais decorrentes dos fatos contábeis ocorridos em uma sociedade anônima de capital aberto, considere:

- I. O valor contábil de um terreno de R\$ 100.000,00, cujo teste de *impairment* indicou valor de mercado de R\$ 99.000,00 e valor em uso de R\$ 90.000,00, deve ser ajustado, o que gera variação negativa no patrimônio líquido de R\$ 10.000,00.
- II. Os custos de transação na aquisição de ações de emissão da própria empresa geram uma redução na situação patrimonial líquida.
- III. O ajuste a valor presente das vendas realizadas no curto prazo, cujo efeito seja relevante, provoca uma redução no patrimônio líquido.
- IV. A distribuição de dividendos por uma empresa controlada gera redução no patrimônio líquido da investidora.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

84. Em 30/12/X1, a empresa WCL, sociedade anônima de capital aberto, apresentava ativo no valor de R\$ 1.000.000,00 e Passivo no valor de R\$ 700.000,00. Todavia, ainda faltava analisar e realizar lançamentos contábeis, quando necessários, dos seguintes itens:

- Recebimento de adiantamento de clientes no valor de R\$ 10.000,00.
- A empresa possuía aplicações financeiras, em 01/12/X1, no valor de R\$ 150.000,00 com taxa de juros contratuais de 2% ao mês. No final de dezembro, o valor justo das aplicações financeiras era de R\$ 143.000,00 e a empresa as classificava como mantidas até o vencimento. A alteração no valor das aplicações financeiras referente apenas ao mês de dezembro não havia sido reconhecida.
- Houve a subscrição de novas ações no valor R\$ 50.000,00 com ágio de R\$ 2.000,00 e custos de transação no valor de R\$ 3.000,00.
- A empresa possuía marcas e patentes com vida útil indefinida no valor de R\$ 46.000,00. No final do período foi feito o teste de recuperabilidade de ativos e constatou-se que o valor do ativo em uso era de R\$ 50.000,00.
- A empresa adquiriu um imóvel com financiamento de longo prazo no valor de R\$ 38.000,00, cujo valor presente das prestações era de R\$ 32.000,00.
- O Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurado no período foi de R\$ 24.000,00.

Com base nessas informações, o Patrimônio Líquido da empresa, em 31/12/X1, em reais, era

- (A) 318.000,00.
- (B) 322.000,00.
- (C) 328.000,00.
- (D) 335.000,00.
- (E) 338.000,00.

85. Os dados a seguir foram extraídos do Balanço Orçamentário de uma prefeitura municipal elaborado conforme a Portaria STN nº 749/09:

	Em R\$ (mil)
Previsão Inicial.....	10.000,00
Previsão Atualizada	11.000,00
Receitas Realizadas	11.100,00
Dotação Inicial	10.000,00
Dotação Atualizada.....	11.000,00
Despesas Empenhadas.....	10.500,00
Despesas Liquidadas.....	10.300,00
Despesas Pagas.....	9.800,00

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- (A) o excesso de arrecadação foi de R\$ (mil) 1.100,00.
- (B) a economia orçamentária foi de R\$ (mil) 600,00.
- (C) a inscrição de restos a pagar processados foi de R\$ (mil) 700,00.
- (D) o superávit de execução foi de R\$ (mil) 600,00.
- (E) a despesa fixada na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ (mil) 11.000,00.



<p>86. Em relação ao que estabelece a NBCT 16.4 sobre transações no setor público, considere:</p> <p>I. Os atos e fatos que promovem alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais no patrimônio das entidades do setor público são definidos como transações no setor público.</p> <p>II. As transações no setor público, conforme suas características e seus reflexos no patrimônio público, podem ser classificadas nas seguintes naturezas: orçamentárias e extraorçamentárias.</p> <p>III. As variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.</p> <p>IV. As variações qualitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais, podendo ou não afetar o patrimônio líquido.</p> <p>V. As transações que envolvem valores de terceiros são aquelas em que a entidade do setor público responde como fiel depositária e que não afetam o seu patrimônio líquido.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) I, III e V. (C) II e IV. (D) III e V. (E) IV e V.</p>	<p>89. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Volume II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, as variações no patrimônio da entidade podem ser classificadas em quantitativas ou qualitativas. Uma variação qualitativa decorre</p> <p>(A) da realização de operações de crédito.</p> <p>(B) do recebimento de bens em doação.</p> <p>(C) do consumo de material de expediente.</p> <p>(D) da liquidação da despesa com pessoal.</p> <p>(E) da ocorrência do fato gerador do Imposto Predial e Territorial Urbano.</p>
<p>87. Conforme a NBCT 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidade do Setor Público, é correto afirmar que na avaliação dos estoques</p> <p>(A) a média ponderada móvel ou o PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai) são os critérios de controle de estoques permitidos.</p> <p>(B) os gastos de administração geral e financeiros referentes a material de distribuição gratuita devem crescer o valor dos estoques.</p> <p>(C) o critério de mensuração dos estoques é o custo de aquisição ou custo de reposição, dos dois o maior.</p> <p>(D) o valor de liquidação deve ser utilizado quando houver deterioração física parcial, obsolescência, bem como outros fatores análogos.</p> <p>(E) os resíduos e os refugos devem ser mensurados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.</p>	<p>90. Em 01/10/X1, uma entidade pública adquiriu um imóvel por R\$ 300.000,00 com vida útil estimada de 25 anos e valor residual de R\$ 50.000,00, cuja depreciação é realizada pelo método das quotas constantes. Supondo a aplicação da Portaria STN nº 467/09, em 31/12/X2, o saldo da conta Depreciação Acumulada deveria ser</p> <p>(A) credor em R\$ 833,33.</p> <p>(B) credor em R\$ 2.500,00.</p> <p>(C) credor em R\$ 3.000,00.</p> <p>(D) devedor em R\$ 4.000,00.</p> <p>(E) devedor em R\$ 12.000,00.</p>
<p>88. De acordo com a Portaria STN nº 751/09, a previsão da receita orçamentária gera lançamento contábil de débito em</p> <p>(A) Receita a Realizar e crédito em Previsão Inicial da Receita, no Subsistema de Informações de Compensação.</p> <p>(B) Receita a Realizar e crédito em Previsão Inicial da Receita, no Subsistema de Informações Orçamentárias.</p> <p>(C) Previsão Inicial da Receita e crédito em Receita a Realizar, no Subsistema de Informações de Compensação.</p> <p>(D) Previsão Inicial da Receita e crédito em Receita a Realizar, no Subsistema de Informações Orçamentárias.</p> <p>(E) Créditos a Receber, no Subsistema de Informações Patrimoniais, e crédito em Previsão Inicial da Receita, no Subsistema de Informações Orçamentárias.</p>	<p style="text-align: center;">Geografia e História de Rondônia</p> <p>91. Em Porto Velho, na região do Alto rio Madeira, a ocupação se intensificou durante o ciclo da borracha, entre os anos de 1840 e 1910, atraindo milhares de migrantes, em sua maioria</p> <p>(A) paranaenses e gaúchos que fugiam do desemprego causado pela fragilidade econômica da região Sul.</p> <p>(B) nordestinos, vítimas de violenta seca que assolou a região Nordeste naquele período.</p> <p>(C) paulistas e mineiros desempregados que não encontravam trabalho nas fazendas de café.</p> <p>(D) sulinos, vítimas de desastres, como enchentes e geadas, que frequentemente destruíam suas lavouras.</p> <p>(E) mato-grossenses e goianos durante a crise econômica provocada pela decadência dos garimpos.</p>



92. Considere o seguinte texto que apresenta o compromisso do governo brasileiro para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré:

Artigo VII

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila-Murtinho ou em outro ponto próximo (Estado de Mato-Grosso), chegue a Villa-Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquias e tarifas.

(http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm)

O artigo foi retirado do Tratado de

- (A) Santo Ildefonso, de 1894.
- (B) Petrópolis, de 1915.
- (C) Badajoz, de 1907.
- (D) Petrópolis, de 1903.
- (E) Santo Ildefonso, de 1905.

93. Considere as afirmações em relação ao Estado de Rondônia.

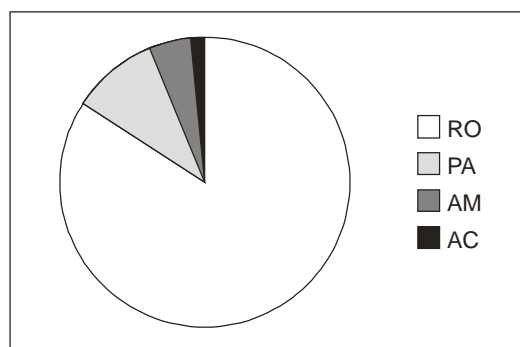
- I. No final dos anos de 1970 e início de 1980, cresceu a extração do ouro no rio Madeira, entre a cachoeira de Santo Antônio até a cachoeira de Ribeirão.
- II. A mineração do ouro absorveu parte dos migrantes e o garimpeiro passou a ser um novo agente atuante nessa região, com a adição de novos objetos técnicos, específicos à atividade, como as dragas, formando aglomerados no rio.
- III. A garimpagem favoreceu o crescimento de outras atividades como o extrativismo vegetal e a pecuária leiteira.
- IV. A atividade aurífera, que gerou grande riqueza, e a formação de novos povoados constituíam os principais pontos de extração do ouro com destaque para Vilhena e Cacoal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

94. Considere o gráfico a seguir.

Região Norte: Estados produtores de "X" (2008)



(IBGE)

O produto agrícola representado no gráfico é

- (A) a mandioca.
- (B) o milho.
- (C) o café.
- (D) a soja.
- (E) o feijão.



95. Considere as imagens de satélite da região de Ariquemes, no centro-norte de Rondônia.



(<http://blogdaamazonia.blog.terra.com.br/2009/04/13/google-earth->)

Sobre a região de Ariquemes é correto afirmar que, no período representado,

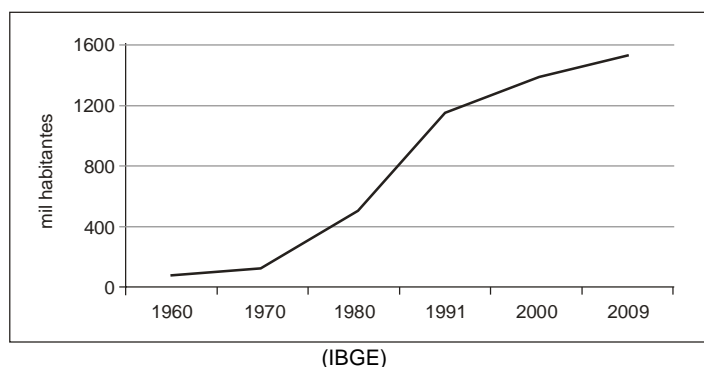
- (A) a ocupação econômica da região foi mais lenta do que em outras regiões de Rondônia e mesmo da Amazônia.
- (B) a região transformou-se em um dos principais exemplos de ocupação do solo segundo os princípios do desenvolvimento sustentável.
- (C) a presença de rios intermitentes foi responsável por uma ocupação agrícola muito dispersa e predatória na região nas últimas décadas.
- (D) as transformações ambientais da região ocorreram devido a fatores como a exploração de cassiterita e projetos de assentamento.
- (E) a presença de recursos vegetais de grande valor econômico transformou a região em um importante polo extrativista nas últimas décadas.

96. A chapada dos Parecis, em Rondônia,

- (A) é parte do planalto das Guianas. É formada por rochas sedimentares e constitui-se num divisor de águas entre as bacias amazônica e platina.
- (B) ocupa terrenos cristalinos muito erodidos, chegando a atingir 1500 metros de altitude. Apresenta a nascente do rio Guaporé.
- (C) constitui parte dos planaltos residuais norte-amazônicos. É formada por rochas cristalinas e apresenta, na porção central do Estado, o pico mais elevado da região.
- (D) é parte do planalto Brasileiro. Possui terrenos de média altitude, entre 200 e 500 metros, e é formada por terrenos sedimentares de origem recente.
- (E) estende-se na direção sudeste-noroeste. Apresenta altitudes acima de 300 metros e nascentes de vários rios.

97. Considere o gráfico a seguir.

Evolução da população de Rondônia



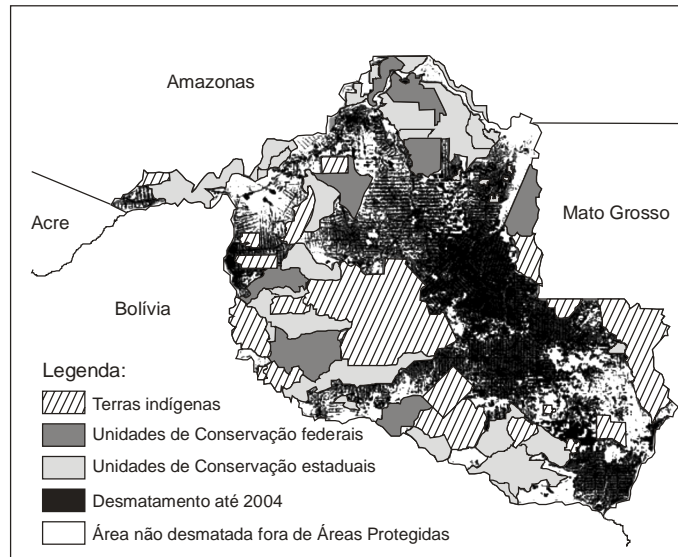
A análise do gráfico permite concluir que

- (A) o maior crescimento demográfico coincide com o período de ocupação dirigida pela colonização oficial.
- (B) a descoberta da cassiterita, entre 1970 e 1980, promoveu a maior corrida migratória para o Estado.
- (C) o crescimento demográfico de Rondônia a partir de 1980 começou a se estabilizar.
- (D) o crescimento da população do Estado nos últimos 30 anos tem sido menor do que na década de 1960.
- (E) o crescimento demográfico de Rondônia foi insignificante a partir do final do século XX.



Instruções: Para responder às questões de números 98 e 99, considere o mapa a seguir.

ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO DE RONDÔNIA



(http://www.ufra.edu.br/pet_florestal/downloads/desfloestamento%20em%20UCS%20Rondonia.pdf. Acesso: julho/2010)

98. Sobre o desmatamento, mostrado no mapa, considere:

- I. Cerca de 1/3 do Estado já sofreu desmatamento.
- II. Pesquisas têm observado que as terras destinadas aos indígenas são as que mais sofrem desmatamento.
- III. O desmatamento foi intenso às margens da rodovia BR-364 ao longo das últimas décadas.

Em relação ao mapa e à organização do espaço do Estado de Rondônia, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) III.

99. Dentre os objetivos da criação das unidades de conservação, pode-se citar

- (A) a diminuição das pressões dos grupos de pequenos agricultores migrantes que exigiam terras nas décadas de 1980 e 1990.
- (B) a necessidade de assegurar a conservação da biodiversidade por meio da criação de áreas protegidas.
- (C) o atendimento aos antigos projetos que haviam sido firmados quando da instauração do Território de Guaporé, em 1943.
- (D) o caráter geopolítico relacionado à proteção do território, pois as áreas de conservação localizam-se junto às fronteiras.
- (E) a formação de núcleos destinados aos povos da floresta, os únicos que praticam o manejo sustentável dos recursos naturais.

100. Sobre a geografia física de Rondônia, é correto afirmar que

- (A) a vegetação formada por árvores de pequeno porte bem espaçadas, trepadeiras lenhosas e epífitas predomina na maior parte do estado.
- (B) a estrutura geológica rondoniense é predominantemente formada por rochas cristalinas recentes que são responsáveis pela riqueza mineral do Estado.
- (C) o clima equatorial apresenta altas temperaturas e é influenciado pelas massas de ar tropical continental e tropical atlântica.
- (D) os solos de origem sedimentar ocupam larga extensão do território rondoniense, são resistentes à erosão e apresentam grande fertilidade.
- (E) a principal bacia hidrográfica do Estado é formada pelo rio Madeira, importante afluente da margem direita do Rio Amazonas, e seus afluentes.